

Nota nº /2016/GEMOP/GGREP/DIPRO/ANS

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2016.

Assunto: Exposição de Motivos para aprovação de Audiência Pública para discussão da proposta de Resolução Normativa que dispõe sobre a regulamentação específica dos contratos coletivos empresariais de planos privados de assistência à saúde.

Considerando os termos do Parecer e da Nota Técnica da Procuradoria Federal junto à ANS, que analisou a minuta de Resolução Normativa que dispõe sobre a regulamentação específica dos contratos coletivos empresariais de planos privados de assistência à saúde, esta área técnica vem expor o que se segue:

Seguindo na análise das observações trazidas pela PROGE, especificamente no que concerne a **Recomendação da participação social**, evidenciamos a sugestão de que seja realizada consulta pública sobre o tema.

O tema em destaque – participação social – está regulamentado pela RN nº 242/2010. A norma destacada regula o procedimento das consultas públicas, câmaras técnicas e audiências públicas, sem criar qualquer ordem ou requisitos para realização de uma em detrimento de outra.

Tendo em vista que, conforme minuciosamente apresentado, a minuta foi disponibilizada no portal corporativo da ANS, tendo sido, desta forma, conferida publicidade a qualquer cidadão, bem como aos agentes regulados e afetados pela proposta regulatória foi dado tratamento isonômico com oportunidades iguais de debate e manifestação, constituindo-se, assim, a devida imparcialidade, acredita-se que os princípios e objetivos listados no art. 2º da RN nº 242/2010 foram observados.

Nessa senda, de acordo com os ditames da RN nº 242/2010, cabe ao administrador público, uma vez aprovado pela Diretoria Colegiada, justificar a observância dos fins colimados pelo normativo em questão ou, se for o caso, sugerir a realização de um ou mais dos instrumentos previstos naquele normativo, pois não há ordem de importância entre eles.

Logo, por toda a discussão já ocorrida e pela oportunidade que o setor regulado teve em trazer subsídios para a discussão do tema, entende-se por desnecessária, neste momento, a abertura de consulta pública.

Entretanto, com o intuito de aumentar ainda mais o debate social e extirpar qualquer possibilidade de arguição de névoa de incerteza sobre a disponibilização de oportunidades iguais para discussão do tema em questão, sugere-se, uma vez aprovada pela Diretoria Colegiada, a realização de audiência pública sobre o assunto, instrumento regulado pelo art. 9º e seguintes da RN nº 242/2010, onde será possível identificar, da forma mais ampla possível, todos os aspectos relevantes à matéria, além de dar ainda mais legitimidade ao ato normativo em comento.

Sendo assim, sugere-se a abertura de **Audiência Pública**, que é uma forma importante de debate com todos os que atuam no mercado de saúde suplementar antes da edição da norma. Novamente, pode-se obter visões diferentes e verificar impactos constatados pelas entidades do mercado e dos consumidores que têm a percepção prática dos efeitos da alteração normativa. **Ademais, a Audiência Pública também é indicada, por ser um espaço de discussão ampla e aberta a todos os participantes da ANS, do mercado e da sociedade.**

Sugere-se a data de 24 de outubro do presente ano para a realização do evento.

Por fim, propõe-se o encaminhamento da presente Nota à DIRAD/DIPRO, para posterior envio à Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos para apreciação e avaliação, a seu critério de conveniência e oportunidade, de submissão da presente nota para apreciação da Diretoria Colegiada.

Atenciosamente.

Em 26/09/2016.

Fabricia Goltara Vasconcellos Faedrich
Gerência de Manutenção e Operação dos Produtos
Mat. SIAPE nº 1512464

De acordo, em ____/____/2016. À DIRAD/DIPRO para ciência e apreciação, com proposta de encaminhamento à Diretora da DIPRO.

Rafael Pedreira Vinhas
Gerente Geral
Gerência Geral Regulatória da Estrutura dos Produtos

De acordo, em ____/____/2016. Encaminhe-se à Diretora da DIPRO.

Carla de Figueiredo Soares
Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos
Diretora-Adjunta Substituta

De acordo, em ____/____/2016. Encaminhe-se à Diretoria Colegiada desta ANS para deliberação.

KARLA SANTA CRUZ COELHO
Diretora de Normas e Habilitação dos Produtos – DIPRO